

**A FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES DAS
CLASSES POPULARES: UMA EXPERIÊNCIA NO
PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

**THE FORMATION OF LITERACY TEACHERS
FOR THE POPULAR CLASSES: AN EXPERIENCE
FROM THE LITERATE BRAZIL PROGRAM**

Marcia Soares de ALVARENGA*

Resumo: Tecemos, no presente texto, uma análise dos desafios que emergiram durante a realização do curso de formação de alfabetizadores participantes do *Programa Brasil Alfabetizado*, realizado em São João do Piauí, município piauiense localizado na região do semi-árido do Estado. Entre esses desafios, destacamos a baixa escolaridade e a inexperiência da prática docente, no campo da Educação de Jovens Adultos, encontradas largamente entre os alfabetizadores do curso. Para construirmos nossa análise, definimos como objetivo principal investigar os limites e as possibilidades do Programa Brasil Alfabetizado em formar alfabetizadores capazes de alfabetizar jovens e adultos em suas comunidades. Trabalhando com atividades de rodas de leitura, produções escritas e registros orais e escritos das atividades vivenciadas durante o curso, pudemos resgatar a história de vida dos alfabetizadores e as memórias das experiências que perpassaram seu próprio processo de alfabetização, suas interações com a leitura e a escrita e com a escola. Considerando que todo projeto de formação não pode prescindir de uma concepção político-epistemológica que tenha como horizonte a constituição da identidade dos sujeitos alfabetizadores, tomamos como perspectiva as condições materiais de existência desses sujeitos, com o propósito de ver como essas condições materiais podem repercutir na construção das suas concepções sobre alfa-

* Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores. E-mail: msalvarenga@uol.com.br

betização e práticas alfabetizadoras, potencializando-os, nos seus movimentos de pensamento, a argüirem sobre as contradições/superações produzidas a partir do lugar histórico-social que ocupam na sociedade e das condições de exercício de sua própria cidadania.

Palavras-chave: Formação de Educadores. Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização de Adultos.

Abstract: This text discusses the challenges that emerged during the course for the formation of literacy teachers who participated in the Literate Brazil Program. The course took place in São João do Piauí – a city located in Piauí State, in the semi-arid part of Brazil. Among the challenges that most of the literacy teachers presented, we found a low degree of study and little experience in the practice of teaching in the field of Young Adult Education. The main objective of our analysis is to investigate the limits and the possibilities of the Program to train literacy teachers capable of educating adults and young people in their communities. Working with activities such as reading, writing, and verbal and written registers of the activities during the course, we were able to discover the life stories of the literacy teachers, and their own experiences in the literacy process: how they deal with reading, writing and schooling. Considering that no education project can exist without a political-epistemological vision to constitute the identity of the literacy teachers, we have focused on the material conditions of existence of these people, and how these conditions impact their vision of literacy and teaching practices. By so doing, we have enabled the literacy teachers to debate their own contradictions and victories emanating from their historical/social status in society, and their own conditions to exercise citizenship.

Keywords: Formation literacy teachers. Adult and young people's education. Adult literacy.

APRESENTANDO A NOSSA EXPERIÊNCIA

No Brasil, as iniciativas que envolvem as políticas governamentais para a alfabetização de jovens e adultos parecem confirmar a inexorável existência de sua conexão com os modelos políticos, sociais e econômicos implantados no país, influenciando e condicionando os sentidos da formação dos educadores/alfabetizadores dentro dos marcos ideológicos vinculados por esses modelos.

Ao falarmos em formação de alfabetizadores, não podemos deixar de situar esta reflexão dentro dos contextos histórico, social e político nos quais as concepções de homem/mulher, sociedade, educação e cidadania estão decisivamente por eles atravessadas.

Na história republicana brasileira, é relevante o esforço despendido para compreendermos que o autoritarismo do Estado, durante os períodos do Estado Novo (1930-1945) e da ditadura militar (1964-1985), ao subordinar e imprimir à força o seu controle sobre os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, escolas de educação básica e universidades, impôs um modelo de “cidadania em recesso” (SANTOS, 1987, p. 89), caracterizado pela interdição à cidadania política e pelo não reconhecimento dos membros da sociedade civil enquanto sujeitos de direitos.

Na vigência desses períodos pode-se afirmar que a função social dos educadores foi submetida tanto à lógica autoritária-corporativa quanto à perspectiva tecnicista instituída pela Lei 5692/71, posta a serviço da “ideologia desenvolvimentista” (LIMOEIRO-CARDOSO, 1976), exacerbada nas décadas de 1960 e 1970.

Já durante a metade da década de 1980, o Brasil vivia num intenso processo de transição à democracia, impulsionado pelos movimentos sociais organizados que buscavam sepultar, sob o terreno das liberdades democráticas, todas as medidas instituídas pelo regime autoritário militar.

É nesse período que, segundo Arroyo (2001), teve início a vinculação entre educação e cidadania, referenciada pela publicação de fértil literatura (SAVIANI, 1983; FERNANDES, 1984; ARROYO, BUFFA e NOSELLA, 1987) que articulava a luta pela educação e pela formação do educando e dos educadores a partir da perspectiva dos movimentos sociais pelo direito à escola pública, gratuita e de qualidade, associada aos movimentos dos educadores pelo direito a salários justos, melhores condições de trabalho e estímulos à formação

continuada através das lutas políticas pela valorização do magistério e em defesa da escola pública.

Em relação às políticas educacionais para o campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mais precisamente desde 1970 até 2002, a sociedade brasileira acompanhou a implantação de quatro campanhas dirigidas à questão da alfabetização: o MOBRAL, programa instituído pela ditadura militar na década de 1970, que veio a ser substituído, no ano de 1985, pelo Projeto Educar, o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990) e o Programa Alfabetização Solidária – PAS (1997-2002).

A propósito dessas políticas, observamos que a concepção da formação do educador de jovens e adultos participou da dinâmica dos contextos históricos que perpassaram a relação entre alfabetização e cidadania, muito embora com limites próprios impostos pela tradição das ações governamentais ao optarem por modelos de campanha e programas com vieses assistencialistas norteadores dos seus objetivos, sua estruturação e seu funcionamento.

Entre os limites registrados de muitas dessas campanhas, lembramos ter sido entregue o trabalho de alfabetização a muitos sujeitos escolarizados sem experiência e/ou fora do campo do magistério, ou com baixa escolarização, cujos envolvimento e participações nessas iniciativas passavam tanto pelas vertentes político-voluntaristas como pelo fato de verem nelas alguma forma de remuneração e/ou complementação salarial.

A estratégia do PAS, penúltimo programa de alfabetização, por exemplo, ao decidir-se pelo regime de rotatividade dos alfabetizadores ao fim de cada módulo do programa, com duração de cinco meses, teve na substituição dos alfabetizadores uma clara intenção de criar um dispositivo de geração e circularidade de renda mínima, a ser mantido por cada grupo de novos alfabetizadores, em curto período. Não se levava em consideração a continuidade do trabalho de formação dos alfabetizadores, tempo e recursos disponibilizados para esse processo. Esse regime e, principalmente, a decorrente substituição de professores constituíram-se em franco desrespeito ao próprio processo de alfabetização vivido por esses alfabetizadores junto aos alfabetizandos.

Em novembro de 2002, a eleição de um ex-torneiro mecânico, Luis Inácio Lula da Silva, presidente eleito com inquestionável vinculação ativista no seio do operariado brasileiro e defensor político dos

direitos dos trabalhadores, parecia fazer emergir, sob a retórica da esperança, um novo e fértil terreno para a cidadania social das classes trabalhadoras e, por extensão, ampliar os horizontes de possibilidades para o campo da Educação de Jovens e Adultos.

Lançado em meados do segundo semestre de 2003, ou seja, quase um ano após a eleição do primeiro governo Lula, o Programa Brasil Alfabetizado foi abrindo algumas frentes através da participação de entidades da sociedade civil, governos e movimentos sociais.

Entre essas frentes, destacamos a parceria entre o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP-UERJ) e o Programa SESC de Alfabetização de Jovens e Adultos, iniciando programas de formação de alfabetizadores em alguns municípios do Estado do Rio e, a partir de março de 2004, em três municípios do Estado do Piauí.

É a partir da experiência vivida no curso de formação de alfabetizadores, realizado no município de São João do Piauí (PI), que no presente artigo buscamos discutir e analisar o processo de formação desenvolvido, os desafios encontrados, algumas das questões que surgiram ao longo do processo e as tentativas de superações estimuladas pelo diálogo permanente entre a universidade e educadores e educadoras com os quais buscamos consolidar a relação entre ensino-pesquisa-extensão.

O (PER)CURSO DA FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ: A RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Reunindo 61 alfabetizadores de três municípios (Paes Landim, Socorro do Piauí e São João do Piauí) agrupados em duas turmas e, respectivamente, uma dupla de docentes convidados pela parceria LPP-UERJ, o programa de alfabetização do SESC e o governo do Estado do Piauí, o curso foi realizado em um dos municípios polos escolhidos por essa parceria: o município de São João do Piauí. Esse município é considerado um dos mais pobres do Estado, com elevados índices de analfabetismo entre a população acima de 15 anos de idade.

Tendo como inquietação reflexiva a questão sobre “quem é o sujeito alfabetizador?”, entendemos que um processo de formação de alfabetizadores não pode prescindir de uma concepção político-epistemológica que tenha como horizonte a constituição da identidade

e subjetividades do sujeito alfabetizador. Desse modo, tomamos como perspectiva as suas condições materiais de existência e procuramos verificar como essas condições materiais podem repercutir na construção das suas concepções sobre alfabetização e práticas alfabetizadoras, potencializando-os, nos seus movimentos de pensamento, a argüirem sobre as contradições/superações produzidas a partir do lugar histórico-social que ocupam na sociedade e sobre as condições de exercício, afirmação/negação de sua própria cidadania.

O diálogo com Gramsci e Bakhtin contribuiu para irmos tecendo as análises desafiadas a partir de algumas situações que marcaram nossa implicação no processo de formação, ativando nossa curiosidade epistemológica e de produção de pesquisa participante (THIOLLENT, 1986; BRANDÃO, 1981).

A partir das reflexões de Gramsci (2000) e de Bakhtin (2000) fomos construindo nossas referências de análise. Para esses autores, a linguagem é instrumento e arena de lutas das diferentes ideologias; vale dizer que a linguagem materializa as visões que o sujeito faz do mundo, do outro e de si mesmo. A linguagem é expressão da consciência de e sobre o mundo, da *dupla perspectiva*, nos ensina Gramsci (2000), pois muito embora as classes populares ou subalternizadas sejam dominadas pelas concepções de mundo das classes dominantes, mantendo-as sob o domínio do *senso comum*, nesse tipo de pensamento existem elementos contraditórios produzidos pelas suas experiências de vida e de classe social que contribuem para a composição de um *núcleo de bom senso*. Como nos diz Gramsci, o *senso comum* das classes populares é constituído por elementos contraditórios que as conformam a um tipo histórico de conformismo, mas também existe um *núcleo de bom senso* que as mobiliza e leva a uma rebeldia indignada, produzindo formas de insurgência e de resistência que não se deixam seduzir pela ideologia dominante.

Em síntese: se, por um lado, no *senso comum* das classes subalternas está contido um implícito convite à resignação e conformismo em face aos imperativos das classes dominantes, por outro lado, contraditoriamente, está contido também um convite à reflexão das classes populares diante de sua própria situação de subalternidade. As contradições vividas e a negação de direitos para se viver uma vida digna as fazem ativar os resíduos de bom senso na luta pela transformação das condições de existência.

Por seu turno, as contribuições de Bakhtin também nos ajudam

a compreender como a ideologia das classes dominadas pode encontrar brechas para se contrapor, pela linguagem, à ideologia dominante.

Esse autor nos assegura que toda palavra é carregada de sentidos ideológicos. A consciência dos sujeitos é habitada pela dialética interna que tanto pode manter quanto pode romper com a ordem social estabelecida. Nesse sentido, ao dialogarmos com os alfabetizadores sobre o próprio processo de formação, fomos *compreendendo responsabilmente* outras consciências, modificando e sendo por elas modificadas. Assim, o ato de compreender as concepções dos alfabetizadores fez com que as questões que serviram como norteadoras do processo de formação, em São João do Piauí, fossem se constituindo em um texto formado e despertado por suas vozes.

Fundamentada nessas perspectivas teórico-metodológicas, cabe apresentar algumas informações sobre o (per)curso de formação de alfabetizadores e a proposta do projeto desenvolvido.

O curso abrangeu uma carga horária total de 40 horas, tendo sido estruturado pela equipe de docentes, a partir de cinco eixos temáticos e questões centrais de reflexão e pesquisa: 1º eixo – Sujeito alfabetizador: histórias e memórias – quem é o sujeito que alfabetiza?; 2º eixo - Sujeito alfabetizando: por que alfabetizar jovens e adultos?; 3º eixo: O sujeito e suas interações com a leitura e a escrita: para que alfabetizar?; 4º eixo: Trabalhando as diversidades culturais de leituras e escritas: como alfabetizar?; 5º eixo – O cotidiano em sala de aula: para que avaliar as práticas alfabetizadoras?.

Cada eixo foi dinamizado com atividades teórico-práticas, atendendo às questões centrais transversais e articuladoras entre os cinco eixos. No primeiro eixo, procuramos, inicialmente, tecer a rede de expectativas dos alfabetizadores sobre o curso. Em seguida, montamos um “varal do tempo” sobre as campanhas e programas de alfabetização, as lutas pelo direito à educação e os contextos históricos, político e social que os envolveram. Essas atividades nos permitiram ir, concomitantemente, resgatando as memórias dos alfabetizadores, reescrevendo, nas suas histórias de vida, os fatos afetivos/significativos mais marcantes que os fizeram assumir, naquele momento, as motivações e compromissos com a alfabetização de jovens e adultos.

Durante a realização da atividade, ao discutirmos a década de 1980, os movimentos sociais pela democratização da sociedade, a extinção do Mobral, o fim da ditadura militar, a eleição indireta do

ex-presidente José Sarney e o início do programa de alfabetização e educação básica da Fundação Educar, em 1985, a apresentação da história de vida de uma das cursistas nos chamou imediata atenção e emoção. Maria Inácia (39 anos), ao ler o ano de 1985 e os acontecimentos que marcaram esse ano, lembrou emocionada:

Este ano eu me lembro, foi o ano em que fui alfabetizada. Foi aos 15 anos. Todo mundo tinha que trabalhar pra comer. Hoje eu tenho 39. Foi uma luta, mas eu consegui. Fui a única de 7 filhos que foi adiante e não quis mais parar. Hoje já tô no Ensino Médio.

A voz grave de denúncia das condições de vida que negaram a Inácia, durante 15 anos de sua vida, o direito à educação e, ao mesmo tempo, de regozijo por ter conseguido dar continuidade aos estudos, tendo destino diferente dos seus irmãos e irmãs, nos permite pensar algumas questões.

Primeira, o quanto a questão da alfabetização das classes populares foi perversamente negligenciada pelo Estado brasileiro, privatizado pelas elites e pelo modelo econômico, autoritário e concentrador.

Segunda, o depoimento de Maria Inácia foi a senha acessada para que outros alfabetizadores se pronunciassem sobre as dificuldades encontradas para conseguirem dar continuidade ao seu processo de escolarização. Muitos lembraram que, entre os membros de suas famílias, eles eram os primeiros a concluírem o Ensino Fundamental ou básico.

Ali, naquela sala, encontravam-se sujeitos pertencentes a famílias cujo acesso ao direito à educação só está sendo possível de ser realizado a partir da terceira geração. A relação entre geração e direito à educação nos faz refletir o quanto aqueles alfabetizadores e alfabetizadoras possuíam poucas lembranças sobre a experiência escolar e/ou como Bordieu (2000) nos ajuda a pensar sobre “cultura escolar”.

Essa experiência coletiva nos fez pensar: se, por um lado, a pouca cultura escolar relevada pelos alfabetizadores/as em suas histórias de vida pode contribuir para uma maior aproximação junto aos alfabetizados, compartilhando com eles a identidade e pertencimento a uma classe excluída de um dos direitos básicos de cidadania, por outro lado, podemos questionar se a breve trajetória escolar vivida

pelos alfabetizadores traz ou não limites e/ou dificuldades ao trabalho de alfabetização junto às suas turmas.

Uma questão, no entanto, mantém unidas essas duas suposições: quais contradições/superações podem ser explicitadas quando alfabetizadores e alfabetizados compartilham da luta para se constituírem como sujeitos de direitos em um contexto em que ambos tenham a garantia de continuar o seu processo de formação e escolarização, bem como ter acesso aos conhecimentos produzidos socialmente pela humanidade?

Essa questão permanece aberta aos limites que são próprios a um curso de formação inicial. No entanto, pode ser provisoriamente respondida, caso seja oportunizado e garantido um consistente projeto de formação continuada capaz de não só acompanhar, mas possibilitar estudos, discussões coletivas, acesso a bens culturais e aos artefatos materiais e tecnológicos produzidos pela sociedade da escrita, remuneração decente, entre outros, que permitam realizar e enriquecer o movimento reflexivo prática/teoria/prática engendrado pelos alfabetizadores na trajetória do seu trabalho.

As discussões e reflexões provocadas, durante o primeiro dia do curso, tiveram desdobramentos importantes para o dia seguinte. Nesse segundo dia, a partir de um roteiro de questões respondidas pelos alfabetizadores, apresentamos os dados coletados, os quais nos ajudaram a construir o “perfil” da turma¹.

A sistematização dos dados, em três grandes folhas de papel cartolina, provocou um intenso debate com e entre os alfabetizadores. A categorização de alguns dados chamou, particularmente, a nossa atenção: a) dos 31 alfabetizadores, dez eram homens; b) a idade dos professores variou entre 21 a 56 anos, havendo quatro alfabetizadores na faixa etária de 21 a 25 anos; seis na faixa etária de 26 a 30 anos; dez na faixa etária de 31 a 35 anos; oito na faixa etária de 36 a 40 anos; dois na faixa etária de 41 a 45 anos; e um com 56 anos; c) a escolaridade dos alfabetizadores foi assim declarada: quatro não concluíram o Ensino Fundamental, 13 tinham Ensino Médio completo e dois não o completaram, dois possuíam curso superior², cinco tinham

¹ No ano de sua implantação, os alfabetizadores recebiam R\$ 15,00 por aluno inscrito e mantido no programa. Essa remuneração era repassada pelo MEC aos parceiros do Programa que acompanhariam o projeto junto aos alfabetizadores.

² Essas profissionais haviam sido selecionadas para serem supervisoras do programa: uma era formada em Geografia e a outra em Pedagogia.

curso superior incompleto, cinco pessoas não declararam escolaridade; d) dos 31 alfabetizadores participantes, 22 não possuíam nenhuma experiência na alfabetização de jovens e adultos.

Tais dados podem nos levar a diversas direções e sentidos. Grosso modo, pode-se afirmar que um contingente significativo de sujeitos do sexo masculino, nessa modalidade de programa de alfabetização, como bem registraram os demais alfabetizadores, tenha a ver com as dificuldades de se conseguir trabalho remunerado nos municípios da região do semi-árido do Estado piauiense. Dos 31 alfabetizadores, 20 deles se encontravam desempregados, sendo 07 homens e 13 mulheres.

As suas vozes, muito embora manifestassem “o desejo de ajudar os outros a aprender a ler e escrever”, bem como “ajudar o Brasil a acabar com o analfabetismo”, não se silenciavam diante de outras motivações:

É claro que eu quero ajudar quem não sabe, mas a maioria também tá aqui por necessidade. Um pouco que a gente vai ganhar no programa ajuda muito (alfabetizadora, 32 anos).

O programa vai dar oportunidade pra gente melhorar a renda. Porque do jeito que ta não dá pra viver (alfabetizador, 28 anos).

As motivações que levaram esses alfabetizadores a participar do Programa Brasil Alfabetizado não nos parecem ser muito diferentes daquelas que levam sujeitos não alfabetizados a participar dos mesmos programas: estes desejam “mudar de vida”, se “sentir cidadão”. Ao ajudarem a promover a cidadania dos não alfabetizados, os alfabetizadores vêem também, mas não só isto, uma forma de melhorarem as suas próprias condições de vida.

Ao discutirmos sobre “quem são os alunos analfabetos”, estávamos, também, indagando “quem são os alfabetizadores?”, confrontando seus saberes, rememorando experiências pelas quais foram eles próprios alfabetizados, bem como a produção de sentidos sobre e com a leitura e a escrita. Neste aspecto, é interessante destacar que alguns e algumas afirmaram “ler pouco, pois a vista não ajuda”, “ler às vezes” e, até mesmo, “não gostar de ler”.

Alves (2001, p. 122) nos ajuda a entender as relações que o sujeito alfabetizador estabelece com a leitura, quando nos diz que um bom formador de leitores necessita ele próprio de ser um leitor,

compreender como ocorre o processo de leitura, dispor de diferentes materiais escritos, posicionar-se criticamente diante dos textos lidos e diante das práticas de leitura que venha a propor aos educandos.

Esses pressupostos nos levam a questionar sobre os limites e os desafios dos alfabetizadores de São João do Piauí, que, como bem demonstram os dados pesquisados, possuem baixa escolaridade e não têm à sua disposição materiais escritos³ que possam contribuir para as suas práticas alfabetizadoras e de leituras compartilhadas.

Desse modo, considerando que a alfabetização de jovens e adultos tem que ser pensada não apenas como procedimento de decodificação, mas, como lembra Freire (1982), como ação histórica e cultural, precisamos indagar como o alfabetizador, sendo aquele que ensina a ler e escrever pode construir e participar dessa ação se, muitas vezes, conhece pouco os artefatos culturais portadores de textos e imagens, ou não tem acesso a eles.

A possibilidade de estarmos compartilhando atividades que envolvem leitura e escrita com os alfabetizandos, a partir da perspectiva histórico-cultural, parece ter despertado as contradições da sua própria história com a alfabetização e a relação com um modelo de escola esvaziada de paixões e criticidade. Ao final do curso, alguns alfabetizadores expressaram essas contradições:

Nós aprendemos aqui, em uma semana, o que não aprendemos durante a nossa vida toda.

Se eu fosse alfabetizado do jeito que nós vimos no curso, a gente saberia muito mais. Teria mais visão da leitura.

Pra gente melhorar nosso jeito de ensinar é preciso que a gente continue aprendendo, participando de cursos e que tenha mais materiais e recursos pra gente trabalhar com nossos alunos.

Muito embora o curso de formação em São João do Piauí tenha nos colocado diante de tais contradições, essas falas nos convocam provisoriamente a concluir que a formação de alfabetizadores de jovens e adultos é um ato político, um processo onde dialogam diversas consciências, modos, condições e situações-limites que as produzem.

³ Antes de viajarmos ao nosso município de destino, São João do Piauí, discutimos com alguns colegas sobre a possibilidade de reunirmos jornais, revistas, livros e outros textos que pudessem ser utilizados no curso de formação.

A formação dos alfabetizadores das classes populares: uma experiência...

Por isso mesmo, um programa de alfabetização não pode afastar-se do compromisso de continuar criando espaços públicos de formação, espaços esses que potencializem o alfabetizador como sujeito criador de conhecimentos, tendo na formação um *locus* de afirmação de sua própria cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. A. Um certo professor Rivadávia: a escola e a formação do leitor. In: **TEIAS**: Revista da Faculdade de Educação – UERJ – n. 5, (junho de 2002) – Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Educação, 2001.
- ARROYO, M. A universidade e a formação do homem. In: SANTOS, G. A. (Org.). **Universidade, formação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ARROYO, M.; BUFFA, E. e NOSELLA, P. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 1987.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, F. et al. **Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMOEIRO-CARDOSO, M. **Ideologia e desenvolvimento** – Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1983.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

Recebido em: 03/08

Aceito em: 09/08